

O evangelho e a nossa missão

Conferência proferida no V Congresso Luterano Latino-Americano em Buenos Aires nos dias 1.º a 5 de agosto de 1971

O autor pede excusas por voltar a discorrer sobre um assunto, tratado por ele, de forma semelhante, já em Est. Teol. 9, 1969, p. 95ss. A publicação desta conferência, porém, parece ser justificada por conter, explícita ou implicitamente, o diálogo crítico com concepções divergentes a respeito da missão cristã, registráveis ultimamente em âmbito internacional.

Gottfried Brakemeier

I. Missão como dimensão do evangelho

Entre evangelho e missão cristã existe relação intrínseca. Isso não só comprovam os textos do NT que nos falam expressamente de um envio dos discípulos, mas resulta também da própria natureza do evangelho. Ele é proclamação de um evento com validade e implicações universais, ele é ação de Deus em prol de todos os homens, logo ele não pode ficar oculto e mudo, mas deve ser anunciado e divulgado — tarefa esta que cabe aos discípulos, chamados, enviados e beneficiados pelo agir salvífico de Deus em Cristo. A universalidade do evangelho exige a missão e confere missão aos seus porta-vozes. Um segundo argumento vem associar-se àquele primeiro: O evangelho, onde ele fôr aceito e crido, transforma o homem, dando-lhe novo rumo de vida e engajando-o num novo servir. Por isso fé autêntica sempre será acompanhada de uma tarefa ou seja de uma missão bem definida, sendo o evangelho tanto norma e diretriz como também impulso para a realização da mesma. Sintetizando podemos dizer que proclamação e fé cristãs têm implicações altamente sociais. Privatismo e quietismo são alheios ao evangelho de Cristo.

Em concordância com essas teses, hoje em dia, mais e mais se impõe a convicção que missão não é uma função da Igreja entre outras tantas, mas a sua existência. Igreja evangélica é missionária por natureza. Em face de uma tradição, cujos caracteres não raro consistiam num introvertismo e numa auto-suficiência passiva da Igreja, a nova concepção significa uma abertura, evasão de um gueto e dinamização da comunidade. É incompatível com a essência da Igreja que ela se retraia em si e forme um clube exclusivista, assistindo ao drama da história marginalizado e em atitude de espectador. Certamente não exageramos ao afirmar que teve início em quase todos os países uma reflexão profunda sobre o papel da Igreja na sociedade, sendo Evian um dos marcos nesse processo.

Contudo, o nôvo esforço por uma definição da missão cristã no mundo apresenta não só um lado alvissareiro, mas também um problemático. A freqüência e a intensidade com que, últimamente, se discute a missão da Igreja, é também sintoma de uma crise. O papel a ser desempenhado por nós no mundo hodierno não é, sem mais nem menos, incontestado. E não só as controvérsias em tórno de Pôrto Alegre como palco da V Assembléia Geral da Federação Luterana Mundial revelaram alto grau de insegurança e dúvida quanto às incumbências das Igrejas Luteranas. Seria errôneo banalizar essa crise e ver nela apenas algo periférico e superficial, pois se formos honestos, devemos confessar que o próprio evangelho está em jôgo. Se estivéssemos em condições de dizer com absoluta certeza, qual o evangelho para os nossos tempos, também a nossa missão poderia ser claramente definida. Na busca do cumprimento da nossa missão somos forçados a um recurso às fontes, das quais como cristãos vivemos, não podendo esquivar-nos de uma investigação do evangelho sob a perspectiva de sua atualidade e relevância prática. A relação recíproca de evangelho e missão cristã nos faz entrever as verdadeiras dimensões do debate em tórno da nossa missão, de modo que o ponto de partida do mesmo deverá ser aquêle fundamento, sôbre o qual se baseia o nosso agir e o qual, hoje em dia, ôbviamente deixou de ser premissa comum mesmo das Igrejas Luteranas.

Não obstante ser a nossa unidade ameaçada pelo pluralismo das concepções, a crise da qual falei, não deve ser encarada, por outro lado, como evidente sinal de falência ou de uma doença aguda da Igreja, pois é possível que essa crise inaugure uma nova manhã, despertando de um sono demasiadamente despreocupado. Em todo caso ela mostra a solidariedade da Igreja com o mundo, abalado momentâneamente pelo questionamento radical dos valores tradicionais e pela procura ansiosa por novas formas de convivência, por novas estruturas sociais e por uma nova fé, que sabe resistir ao fogo de uma crítica intransigente. A Igreja não dispõe de meios que a imunizassem contra a infecção com o bacilo da crise internacional, sendo assim demonstrado inequivocamente, o quanto ela vive integrada neste mundo — sob todos os aspectos. Seria mais do que estranho, se a inquietação e a desnorteação das gerações contemporâneas não afetassem também as Igrejas e os seus membros.

Quer nos congratulemos com a solidariedade da Igreja com o mundo, quer a sintamos dolorosamente, ela é apta para protegernos contra um perigo, qual seja uma teologia da missão superacentuada. Essa assume uma posição extramundana, perpetua a diástase fundamental entre Igreja e mundo e pode descrever a relação entre ambos apenas em têrmos de uma constante confrontação e provocação. Em vista disso é necessário insistir em que não somos embaixadores, provindos de outro planêta, não somos donos de receitas infalíveis e prontas para curar os males do nosso tempo. Permanecemos sendo uma parte desta sociedade humana, para cuja problematização também nós mesmos contribuimos com a nossa parcela. A fôrça renovadora do evangelho continua oculta

sob a imagem da cruz. Por isso, ao falarmos da nossa missão, cabe-nos a modéstia dos que, embora salvos pela graça de Deus, sabem a respeito da sua solidariedade com tôda a criação, gemendo e sofrendo sob o jugo da vaidade e aguardando a redenção do cativo da corrupção (Conf. Rom. 8, 18ss).

Novamente surge, a essa altura, a pergunta do que vem a ser o evangelho, agora, porém, não sob a perspectiva do seu significado para o mundo, mas sim sob a perspectiva do seu significado para a existência da própria Igreja. É aconselhável distinguir ambas as coisas por não serem exatamente idênticas. Onde a nossa atenção estiver dirigida unicamente ao problema, o que o evangelho tem a transmitir ao mundo de hoje, quer dizer, onde o nosso interesse se concentra exclusivamente nos efeitos públicos do evangelho, incorremos em grave perigo: O evangelho será entendido como terapia para os flagelos da humanidade, como elemento crítico frente aos abusos do poder e às estruturas da injustiça, mas deixa-se de lado a questão, como e de que maneira o evangelho será capaz de moldar o convívio dos cristãos em meio aos conflitos do mundo atual. São acentuados unilateralmente os efeitos do evangelho para fora, para os outros. Naturalmente existe também o perigo inverso, encontrado em tôda parte, onde se dá valor excessivo aos efeitos internos do evangelho. A relevância pública do evangelho, nesse caso, é praticamente nula. Ele serve preferencialmente para possibilitar uma existência à margem da sociedade, sem que os cristãos se engajassem nos negócios dêste mundo.

Na história da nossa Igreja tem prevalecido incontestavelmente o segundo dos perigos indicados. No entanto, nada justifica que, em reação a erros do passado, cultivemos agora o extremo oposto. Uma vez o evangelho é sem comunhão, a outra vez o evangelho é sem missão, isto é, sem irradiação. Precavendo-nos contra falsas alternativas, compete-nos procurar por uma síntese que nos permite contornar ambos os perigos. A nossa missão poderá ser definida de modo correspondente ao evangelho somente então, se o fizermos na consciência da nossa solidariedade com o mundo. Uma tal consciência proibirá, por um lado, que façamos a tentativa inútil de nos afastar da sociedade, à qual indubitavelmente pertencemos, e impedirá, por outro lado, que nos apresentemos como médicos onipotentes e entreguemos o paciente, após o diagnóstico ou mesmo após a cura, ao seu destino individual. Ninguém nos desincumbe da obrigação de achar novas formas de vivência cristã dentro do nosso mundo. Também isso pertence à nossa missão.

Missão é uma dimensão essencial do evangelho. A dificuldade que sentimos ao sermos solicitados a caracterizar a nossa missão, tem uma das suas raízes mais importantes no fato de ser o evangelho não um conjunto de teorias perpétuas e de preceitos uma vez para sempre fixados, mas a notícia de um evento, cuja relevância para nós e o nosso mundo ambiental em cada época deve ser redescoberta de novo. Um teorema da geometria, uma vez demonstrado, pode ser aplicado mecânicamente. Não assim o evangelho. Ele exige de nós uma resposta que não é idêntica com o simples

consentimento racional. Ele desafia a nossa vontade, coloca-nos para dentro do mundo, no foco dos transtornos e das crises, exigindo de nós raciocínio sóbrio, dedicação e amor. Resposta ao evangelho e desempenho da nossa missão perfazem uma unidade. Devido à natureza complexa da nossa resposta ao chamado redentor de Jesus Cristo, também a determinação e realização da nossa missão acarretam dificuldades, de modo que necessitamos do diálogo a respeito.

As seguintes considerações nada mais são do que uma tentativa de interpretar a nossa missão a partir do alicerce do evangelho. Em primeiro lugar deve ser falado do discipulado cristão.

II. Discipulado cristão

Apesar de ser extremamente sólida a base bíblica do termo “discípulo” como resumo dos elementos característicos do cristão, ele pode, no linguajar de hoje, conduzir a equívocos. O termo pode induzir a compreender o mestre, Jesus Cristo, apenas como o exemplo a ser imitado pelos seus seguidores. A concepção bíblica do discípulo, porém, é outra. Embora Cristo possa figurar esporadicamente também como simples exemplo do discípulo, a importância de Cristo, de forma alguma, se esgota nessa função. Se assim não fôsse, o evangelho não passaria de uma nova lei, decretada por Jesus Cristo e observada pelos seus adeptos. Importa saber que o mestre, de quem são discípulos os cristãos, é o salvador, é doador e redentor, de modo que os seus discípulos, através dêle, recebem não só instruções, mas em sentido amplo novidade de vida.

Tomado ao pé da letra, o termo “discípulo” exprime portanto apenas uma faceta da existência cristã. Ele necessita de esclarecimentos à base da concepção bíblica total, podendo ser completado por termos como “santo”, “crente”, etc. O discípulo de Jesus Cristo é o homem justificado, libertado, agraciado. Todavia, o termo “discípulo” possui uma componente singular e altamente significativa: Discípulo é aquele que está envolvido num processo de aprendizagem. Se averiguarmos os textos respectivos do NT, perceberemos que os discípulos não só aprendem constantemente de Jesus Cristo, ouvindo-o e interrogando-o, mas que o próprio mestre os ensina a aprender. Não basta absorver em si as palavras de Jesus para reproduzi-las mecânicamente em outras oportunidades, muito mais notável me parece ser o fato que Jesus sempre de novo exige dos seus ouvintes juízos. Além disso ele aponta para fenômenos da natureza que são como que parábolas de certas verdades do reino de Deus. Até dos injustos e dos “filhos dêste mundo” os discípulos são intimados a aprender como no caso do administrador infiel (Lc 16, 1ss). E eles são chamados a reconhecer os sinais dos tempos, para que possam reagir correspondentemente. Daí resulta que a concepção do discípulo de Cristo não tolera limitação indevida. Não podemos admitir que existe apenas uma instância instrutora, a saber — na nossa situação — a Bíblia e a tradição cristã.

O mundo, na maneira como êle se nos apresenta, tanto em suas formas positivas como também negativas, não pode ser excluído do material didático do cristão. O acosmismo e a isolação da Igreja, tantas vêzes deplorados, têm uma das suas razões na incapacidade de atentar para o que ao redor de nós se passa. As conseqüências são ou ofertas de soluções para problemas inexistentes ou recomendações e conselhos utópicos, destituídos de realismo. Geralmente, nos cristãos, a qualidade de "discípulos" é subdesenvolvida. No entanto, justamente êles deveriam estar em condições de proceder a uma análise desapassionada e objetiva da realidade para adotar o prestável e no mais reagir corretamente aos desafios do nosso tempo.

O processo de aprendizagem, ao qual o discípulo de Cristo deve submeter-se, engloba dois movimentos aparentemente antagônicos, formando não obstante uma unidade paradoxal. O primeiro é um movimento de concentração. Jesus congrega discípulos, êle os conclama para viverem doravante como círculo, do qual êle mesmo é o centro. Isso significa, até certo ponto, dissolução dos laços que prendiam os seus seguidores ao seu ambiente social, nacional e religioso, e criação de um nôvo grupo com regras de conduta diferentes e com nova orientação. A vida na companhia e sob o senhorio de Jesus Cristo é qualitativamente outra do que a vida de antes. Ela pode ser chamada de escatológica, o que quer dizer que o discípulo vive na expectativa do advento de Deus e que êle é atingido pelas manifestações precursoras dêste advento, corporificadas na pessoa de Jesus Cristo. Neste movimento de concentração o discípulo aprende a ver o mundo, com inclusão da sua própria pessoa, à luz do juízo final e experimenta a graça daquele Deus, cuja vontade não consiste em destruir o ímpio, mas em conceder-lhe vida imerecida.

A base disso podemos dizer com motivos justos que existência cristã separa, de certo modo, do mundo, em todo caso, ela é inconcebível sem um distanciamento crítico do mesmo. A dificuldade de fundamentar bíblicamente responsabilidade cristã para o mundo tem aqui as suas raízes: A ética do NT é ética escatológica. Ela não visa diretamente a uma manutenção do mundo atual, mas antecipa, pôsto que de maneira imperfeita, o nôvo mundo de Deus que está por vir. Êste nôvo mundo não é uma edição revista e melhorada do velho, mas a antítese e o constante contraste do último. Eis a razão para o fato de o cristianismo ser freqüentemente acusado de pessimismo, sim até de êxodo do mundo. E com efeito, não pode ser negado que surgem obstáculos para uma concepção otimista e evolucionista em virtude daquela posição de reserva, adotada pelo cristianismo com relação ao mundo em que vivemos. Por outro lado, porém, é preciso ver que os nossos protestos, enfatizando ser o cristão libertado para uma nova obediência, tornar-se-iam absurdos, se não partíssemos do axioma da incompatibilidade do mundo atual com o nôvo mundo de Deus. Não é possível eliminar a escatologia do nosso credo sob pena de perdermos a nossa liberdade, trazida e conferida por Jesus Cristo.

O segundo movimento constitutivo para o discipulado cristão é suplemento e corretivo do primeiro ao mesmo tempo. Trata-se de um movimento **expansivo**. Pois Cristo envia os seus discípulos ao mundo. Aliás, mais correto seria dizer que Cristo, ao chamar os discípulos, não os recolhe a um baluarte seguro, longe do clamor de guerra e das ameaças pelas tentações, antes os deixa no mundo e os faz penetrar ainda mais no mesmo. Discipulado deve ser aprovado na realidade do dia a dia — assim como também o mestre não fugiu da confrontação com essa realidade, às vezes brutal. O lugar junto a Jesus é o lugar, onde são sofridos os ataques da injustiça, do ódio e do mal talvez mais do que em qualquer outra parte.

Concluimos, portanto, que o chamado de Jesus Cristo não rompe a solidariedade natural de todos os homens, embora conclame para a participação no povo escatológico de Deus. O homem continua sendo membro do seu povo, da sua sociedade e da sua época. O judeu permanece judeu, o grego, grego. Mas “enviados ao mundo” significa ainda mais. Significa que o discípulo, na sua solidariedade natural com o mundo, deve procurar a solidarização consciente. Solidarização é o ato de identificação com os anseios justos do próximo, a concessão de comunhão, a defesa dos seus interesses e auxílio para as suas necessidades. A “lei” de Cristo é o amor. E esse amor dá ao mundo pecaminoso outro aspecto. Se antes tenho frisado aquela estranha distância que o cristianismo assume frente ao mundo, agora deve ser dito que justamente este mundo pecaminoso é o objeto do amor de Deus. Sem dúvida, uma identificação com o mundo sem ressalva alguma é interdita, uma vez que Deus não ama o pecado, mas o pecador. Por isso o amor de Deus, demonstrado em Jesus Cristo, é amor crítico, incapaz de aceitar o mundo tal como ele é e incapaz de rejeitá-lo incompassivamente. É essa a dialética de juízo e graça de Deus tão em evidência no agir e pregar de Jesus. No comportamento do discípulo ela implica em distanciamento do mundo e em solidarização com ele ao mesmo tempo.

É imprescindível que preservemos o equilíbrio exato entre esses dois movimentos. Discipulado sem aquela concentração dificilmente disporá do equipamento necessário para a sua missão no mundo. A rigor o homem deixou de ser, nesse caso, discípulo de Cristo e usa o nome de Cristo apenas como rótulo de uma mercadoria alheia. Ele deu a sua liberdade em troca de um criticismo suspeito que na verdade não pode desfazer-se das cadeias ideológicas ou patológicas. Da mesma forma, porém, discipulado sem aquela expansão e penetração no mundo incorre em perigo, sendo o prefixo inverso. O evangelho é transformado numa doutrina esotérica, destinada apenas a alguns poucos eleitos, a sua cotação prática será diminuta. Aqui não se faz jus ao fato que Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito (João 3,16). E, se nós emigrarmos do mundo e dêle nos retraímos, segue ao encalço disso nôvo exílio babilônico da Igreja.

Missão cristã pode ser cumprida corretamente apenas sob observação do condicionamento mútuo dos dois movimentos menciona-

dos. A congregação é a premissa do envio e o envio é a consequência lógica da congregação. Vivemos entre justificação e ressurreição. Somente esta última nos arrebatada deste mundo e nos desincumbe da nossa missão. Mas enquanto ela ainda não sucedeu, vivemos como justificados neste mundo, anunciando as maravilhas de Deus e antecipando o futuro de Deus germinalmente mediante um novo servir.

III. A missão da comunidade

Não só o indivíduo cristão, também a comunidade como um todo é enviada e portadora de uma missão. Todavia é recomendável distinguir, pois não é de pressupor que missão individual e missão coletiva dos cristãos coincidam desde já. Como devemos definir a função da comunidade? Quero adiantar que não faço diferença entre comunidade e Igreja, pois a Igreja nada mais é do que a comunidade cristã, representada em agremiações locais, e as "comunidades" de certas localidades nada mais são do que manifestações daquela uma Igreja, cujo Senhor é Jesus Cristo.

A existência da comunidade resulta daquele movimento de concentração, do qual tenho falado. Ela é fruto da congregação dos discípulos por parte de Jesus e reúne em si os pecadores agraciados. Comunidade é necessária, porque a palavra do evangelho não coloca o homem na isolação, mas na comunhão, e porque os seguidores de Jesus não podem dispensar-se da tarefa de dar forma e feição ao seu convívio neste mundo. Na sua apresentação secular a comunidade precisa de estruturas, de uma organização e de uma regulamentação da sua vida tão bem como qualquer outro grupo ou qualquer outra sociedade.

Últimamente registramos, no entanto, uma certa aversão contra a comunidade organizada justamente por parte de tais pessoas que querem permanecer fiéis à sua missão. Motivada por uma forte insatisfação com os defeitos e a ineficiência da Igreja institucionalizada, essa aversão procura por novas formas e novos métodos de trabalho, ou desvinculando-se por completo da corporação Igreja ou então mostrando desleixo proposital com referência a todos os assuntos ligados diretamente ou indiretamente com a mesma. Embora a insatisfação seja compreensível e embora ela espelhe uma preocupação muito legítima, ela traz consigo sérios problemas. Pois ela pode conduzir a um individualismo missionário que se torna auto-suficiente, aumentando ainda mais a rivalidade contraproducente no campo da missão e fazendo depender êxito ou malogro desta missão excessivamente do carisma do indivíduo. Pergunta-se, além disso, se o contornamento da Igreja organizada não será caminho sobremodo fácil, uma vez que desvia da árdua tarefa de conjugar os esforços e de entrar em verdadeiro diálogo. A ameaça mortal de uma missão ao lado da Igreja constituída, mesmo que esta necessite de uma reforma da cabeça aos pés, reside no subjetivismo e no individualismo, incapaz de se enquadrar numa comunhão de pessoas com caracteres diferentes.

Outra expressão sutil daquela aversão contra a instituição Igreja vejo numa concepção que descobre Igreja apenas *in actu*. De acôrdo com essa tese comunidade existe só no momento em que o evangelho se materializar em ação diaconica dos cristãos. O aspecto dinâmico, sem dúvida inerente ao conceito de comunidade, é aguçado a tal ponto que de uma verdadeira existência da Igreja não mais pode ser falado. Comunidade não é, ela acontece. Contudo, comunhão exige continuidade. Além disso, a palavra de Deus não pode ser atomizada, como se ela provocasse em nós apenas reações esporádicas. Ela cria e inaugura uma nova vida. Temos na concepção referida o exemplo clássico da superacentuação de um elemento constitutivo da comunidade em detrimento de outro. Coisas certas são exageradas, mas elas redundam em falsificação dos fenômenos ao serem absolutizadas.

Com essa notória aversão contra as Igrejas instituídas contrasta, de maneira paradoxal, uma atitude propensa a conferir-lhes atribuições admiráveis. Esperam-se da cúpula pronunciamentos esclarecedores com respeito a problemas candentes da atualidade, exige-se da instituição como tal engajamento político até ao eventual auto-sacrifício e tomam-se as exteriorizações públicas das entidades líderes como critério para medir o grau de maturidade de uma Igreja. Qual é o conceito de Igreja que aqui transparece?

Tudo isso demonstra a urgência de uma reflexão a respeito da função do direito eclesiástico e levanta a pergunta pela função daquela organização "Igreja" na tarefa missionária dos cristãos.

Comunidade cristã não é simplesmente a soma dos seus membros, pois é Cristo quem constitui o corpo e se manifesta no mesmo numa grande variedade de carismas. Por isso a responsabilidade da comunidade não pode ser delegada a certos representantes eclesiásticos. Quem declara a Igreja, isto é neste caso aquela instituição juntamente com os seus órgãos representativos, norma e medida do que a comunidade de Cristo é, abandonou a rigor o fundamento bíblico. Isso não quer dizer que a Igreja não necessitasse de liderança, mas a liderança jamais pode substituir a responsabilidade direta de todos os membros. O patriarcalismo é tão perigoso, porque impede a maioridade dos cristãos, exclui a possibilidade de uma dissensão entre os membros e os líderes da Igreja e projeta a missão que cabe a todos, no grupo reduzido de uma elite. Seria interessante analisar a resolução antirracial do Conselho Mundial das Igrejas uma vez sob este prisma. Naturalmente é inevitável e até certo ponto também justo que grêmios líderes tomem decisões vicárias e iniciativas programáticas em prol das comunidades e que falem em nome das mesmas. No entanto, essas decisões não podem revestir-se de tal caráter autoritário que a voz dos outros membros é simplesmente sufocada.

Quer me parecer que a comunidade na sua forma instituída, com o aparato administrativo, do qual ela dispõe, e com as estruturas, que ela cria, tem duas finalidades: Em primeiro lugar a possibilitação da comunhão, com inclusão de treinamento comu-

nitário, e, em segundo lugar, preparação e capacitação do membro para a sua missão evangélica. Do condicionamento mútuo de comunhão e missão já tenho falado. Mas quero enfatizar que de forma alguma advogo a tese que missão cristã pode ser levada a efeito apenas pelo indivíduo. Também grupos são chamados ao desempenho de certas missões singulares. Pode haver na Igreja comissões que se encarregam de determinados setores de trabalho e, enfim, também a Igreja toda pode entrar em ação como sujeito de uma missão específica. Mas isto não pode encobrir o fato que as formas organizatórias da Igreja, além de educar para a vivência comunitária, tem a função de equipar os seus membros e de fornecer-lhes os subsídios para a sua missão. Igreja será tanto mais missionária, quanto menos ela monopolizar missão cristã nas mãos de uns poucos e quanto mais ela puder ativar, motivar e incentivar a missão de todos os que se chamam de discípulos de Jesus Cristo.

Não resta a mínima dúvida que, para alcançar os objetivos indicados, será necessário colocar a nossa concepção de comunidade em fundamento teológico novo. A renovação da comunidade, tão ambicionada por todos, não é somente uma questão de estruturas, pois estas, quase que sempre, são expressões da teologia ou ideologia vigente. No passado uma concepção demasiadamente pastoral impossibilitou uma dinamização dos membros leigos, provocou um isolamento fatal da teologia que se divorciou da esfera empírica e favoreceu a existência daquilo que chamamos de "comunidade servida". Importa redescobrir a dimensão carismática do povo de Deus, a fim de que haja ação conjunta, verdadeira presença da Igreja em todos os setores da vida profana através dos seus membros e penetração no mundo, passando a Igreja, dessa forma, da defensiva para a ofensiva. Para que isso aconteça deve ser superada a insuficiência de comunicação entre teólogos e leigos. Somente assim poderá ser desfeito o dualismo desastroso de mundo da fé e mundo da realidade. Os lugares primários da missão cristã encontram-se imediatamente às nossas portas. São eles a profissão, a vida social, matrimonial, política e toda sorte de problemas com que todos nós lutamos de uma forma ou outra diariamente.

Essa nova concepção (nova, porque ela na prática ainda não se impôs, embora existam na nossa Igreja inícios promissores) é um belo programa. É claro que ele implica em reforma de estruturas, em muitas outras mudanças e em especial numa nova valorização do membro que não gozou o privilégio de um estudo teológico. Tenho de apontar, porém, para uma conseqüência, da qual muitas vezes não se dá conta. Essa concepção resultará num pluralismo talvez inédito na Igreja, desafiando a nossa capacidade de nos suportarmos mutuamente em amor fraternal. Este amor não desistirá do diálogo, mas será cuidadoso com os seus juízos. A fascinação de uma Igreja hierárquica ou acentuadamente pastoral reside no fato que ela pode apresentar-se com relativa facilidade como bloco consistente. Mas o uniformismo, não raro, é comprado pelo preço de uma ficção e suprime a vida na comunidade. Além disso deverá

ser perguntado sèriamente, se o uniformismo, mantido a todo custo, poderá, responder aos múltiplos desafios da atualidade. Num mundo que cada dia mais se diversifica e que nos confronta com sempre novos problemas, a cristandade necessita de muitas formas de reação. Ela deve permanecer flexível, de modo que eu gostaria de defender um pluralismo missionário. Isso não significa sancionamento de tóda e qualquer posição, mas aprovação daquela diversidade de manifestações do Espírito Santo, tão típica para o corpo de Cristo. Se seremos capazes de conservar, não obstante, a nossa unidade visível — eis uma das perguntas cardeais do futuro.

IV. Missão evangélica

No último capítulo tenho de tirar algumas conseqüências das teses anteriores com especial atenção ao contexto latino-americano, no qual vivemos. Estamos na iminência de afogar na quantidade de tarefas à nossa frente. Daí surge a necessidade de colocação de prioridades e de um planejamento acurado. Não podemos fazer tudo. Como Igrejas minoritárias temos os nossos limites claramente sensíveis e não possuímos aquêlo pêso do qual talvez muitos sonhem. Não obstante podemos fazer muito. Antes de mais nada, porém, importa que a nossa missão tenha resguardado o seu caráter evangélico.

1) Na motivação de nossa missão não posso deixar de atribuir à doutrina da justificação papel preponderante. A oferta da justificação gratuita por Deus propõe ao homem a pergunta decisiva da sua existência, a saber, de onde e de que êle deriva o seu valor e a razão de sua existência — o que encerra inclusive a pergunta pelo sentido de sua vida. Na sociedade em geral vigora a lei das obras. O homem é julgado, classificado e estimado segundo o que êle produz, representa e é. Justificação pela graça e fé destrói a hierarquia da sociedade, certamente não nivelando as diferenças entre os homens, mas criando verdadeira comunhão.

Parece-me que ainda estamos longe de têmos descoberto as implicações práticas da justificação pela fé. Apenas um exemplo: Ao falarmos na dignidade humana não o podemos fazer em têmos de um humanismo acristão, mas unicamente em têmos de justificação. Segundo o NT o homem não mais possui dignidade alguma devido ao seu pecado. Mas Deus confere nova dignidade ao homem, justificando-o por graça. Isso significa que Cristo não veio para confirmar uma dignidade humana existente, mas veio para conceder dignidade perdida. Por isso a dignidade humana não é violada, onde o homem sofre injustiças, mas onde o homem pratica injustiças. São nuanças, e não obstante elas são importantes em prol de uma visão mais realista do homem. Justificação gratuita por Deus impossibilita a apoteose do homem, tanto a do homem poderoso como também a do homem humilde, explorado e injustiçado. Certamente o cristão pode acompanhar o humanismo acristão bom trecho do seu caminho, mas virá a encruzilhada, da qual em diante cada qual deverá trilhar a sua própria senda.

A doutrina da justificação representa um fator crítico numa sociedade que institucionalizou a existência de classes hierarquicamente estruturadas e que mede geralmente com padrões inadequados. Nessa situação a Igreja terá de levantar a sua voz — e isso não só em forma de um testemunho verbal, mas também em forma de uma realização exemplar do que ela a partir do evangelho sabe. A comunidade é, por excelência, o lugar, onde justificação pela fé e pela graça deve assumir feições concretas. E os cristãos são chamados para adotarem outro sistema de valorização do que aquêlão em voga em nosso mundo.

2) Justificação do pecador é o milagre do amor de Deus. Por isso as formas da nossa missão poderão ser ditadas apenas pelo critério do amor. Este será, se êle fôr autêntico, inventivo e criativo, êle aplicará a sua fantasia para achar formas sempre mais eficientes de ajuda e assistência. Objeto dêste amor será todo e qualquer homem necessitado.

No nosso país como também em outros países latino-americanos a necessidade se apresenta de maneira mais constrangente na falta de instrução, na indigência, na fome, etc. Em especial a miséria crescente das nossas colônias e das regiões limítrofes das cidades deve ser mencionada. Vemos aqui extenso campo de realização da nossa missão, a qual, sob hipótese alguma, poderá prescindir do engajamento político dos membros e dos órgãos oficiais da Igreja. Não podemos deixar de advogar a causa dos pobres, dos explorados ou de qualquer maneira injustiçados, pois salvação não consiste apenas na salvação da alma. Ao mesmo tempo, porém, sabemos que os problemas ainda não estão resolvidos no momento em que as necessidades materiais forem supridas. Amor vê o homem como um todo, de modo que missão possui as duas formas: testemunho e diaconia, não cabendo nem a esta nem àquele prioridade exclusiva. Sem a ação a fé é morta e sem a fé a ação é fraca.

Quais as tarefas mais urgentes, a situação respectiva ensinará. Mas note-se bem: O amor de Deus não é dirigido a um homem ideal, muito pelo contrário, êle se dirige ao homem defeituoso, problemático e revoltoso. Na minha convicção um dos lados fracos do humanismo reside em que êle está no perigo de amar uma abstração do homem ou seja a sua imagem positiva. Entretanto, que êle fará com aquêlão homem que sempre de nôvo escraviza o próximo e profana a sua dignidade pela sua criminalidade? É relativamente fácil advogar os interesses objetivos e os direitos inalienáveis do homem (isso depende da situação), de lutar em favor de uma humanização do nosso globo. Não desprezamos isso, no entanto, um irmão é mais do que um advogado. Este não será inevitavelmente obrigado a lidar com o próximo e de experimentar as frustrações, resultantes da própria deficiência e da do outro. Deus amou o pecador — isso é altamente significativo. Por isso a Igreja não pode dar-se por satisfeita com a defesa de uma causa, por mais sublime que seja, pois tal procedimento pode ser, sob certas condições, tão desumano como a indiferença absoluta. Ela deverá procurar o

homem concreto, suportando e procurando vencer as barreiras que nos separam. Compreensão, tolerância mútua, ajuda de pessoa a pessoa podem brotar apenas no solo de verdadeira fraternidade. Essa negar-se-á a sacrificar o homem concreto no altar de um ideal. Por isso a alternativa entre um engajamento puramente assistencial e um engajamento puramente preocupado pela remoção das causas dos males é falsa. A missão da Igreja, consiste em ambas as coisas.

A readquirição de força missionária por parte da Igreja depende, segundo o meu entender, essencialmente da questão, se somos capazes de criar modelos de vivência e de atuação cristã. Tornar-nos-emos ridículos, se interferirmos com o nosso palpite, tantas vezes privado de conhecimento de causa, em todos os assuntos da complexa escala dos problemas da sociedade. Mas nos campos de nossa competência, através de estudo aprofundado e de esforço incessante, podemos criar algo que talvez mereça o respeito dos nossos concidadãos. A nossa missão será convincente unicamente, se ela não se resumir em funções críticas, mas se ela demonstrar também as suas energias construtivas. Tais modelos devem nascer no seio das próprias comunidades, devem ser por elas sustentadas e retratar o espírito, reinante na Igreja. Se isso conseguirmos, seremos automaticamente livres da preocupação pela relevância do evangelho na sociedade de hoje.

3) Na determinação e na escolha de tais modelos deverá ser observada a função do mundo ambiental de uma comunidade. É ele que terá a última palavra sobre as preferências e as tarefas a serem atacadas em primeiro lugar. Além disso certos modelos poderão ter apenas validade regional por serem vinculadas intransferivelmente a uma determinada situação. Também a partir daí se faz necessário o pluralismo missionário antes postulado. Uniformismo missionário não faz jus à complexidade dos desafios do nosso mundo. Nisso reside também a problemática de resoluções de Assembléias e Congressos Internacionais promovidos pelas Igrejas. É compreensível o desejo por unanimidade e por uma frente de ação única. Mas essas resoluções, não raro, carecem de realismo ou são de tal forma superficiais que o proveito para as Igrejas membros é praticamente nulo. Não seria melhor que os resultados de tais encontros fossem formulados em forma de uma declaração de tódas as delegações individualmente, na qual elas especificassem o proveito obtido pela troca de idéias com os seus irmãos de outros países? Somos enviados no nosso contexto histórico-político particular que é só nosso e de mais ninguém.

4) Ao perguntar finalmente pelos objetivos da nossa missão, sinto-me um tanto embaraçado. Será legítima essa pergunta? Amor autêntico não é efetuado com segundas intenções. Ele quer o outro, o seu bem-estar, a sua salvação, não o engrandecimento da própria Igreja nem a glória da própria pessoa. A simples caça aos prosélitos é deturpação da nossa missão. Aguardamos o reino de Deus não

só para nós, mas para todo o mundo. A comunidade poderá ser o lugar, onde êste reino de Deus se realiza provisoriamente e germinalmente. No entanto, êste reino não se mede com números e estatísticas. Sabemos a respeito da necessidade da existência da comunidade, e, não obstante, ela não é o alvo do nosso agir missionário. Ela é o instrumento do mesmo, possivelmente prefiguração de algo futuro, por isso missão cristã não existe sem comunidade. Mas ela deve permanecer o que ela é: Instrumento a serviço do reino de Deus, prometido para tôda a humanidade. Sem dúvida, filiação à comunidade, criação de novas comunidades será efeito legítimo de tôda verdadeira missão, mas ela não pode motivar a missão, pois esta motivação reside no evangelho exclusivamente.